



Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC

**REQUERIMENTO Nº _____, DE 2014.
(Do Sr. Deputado Mendonça Filho)**

Solicita a realização de Audiência Pública destinada a debater os recentes acontecimentos relacionados às atividades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º da Constituição Federal, e dos arts. 24, VII, e 255 ao 258 do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em Audiência Pública em data a ser oportunamente agendada, para debaterem os recentes acontecimentos relacionados às atividades do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, as seguintes pessoas:

1. Sra. Wasmália Socorro Barata Bivar, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
2. Sra. Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão;
3. Sra. Ana Magni, representante da ASSIBGE-SN; e
4. Sr. Sérgio Besserman, economista e ex-Presidente do IBGE.

J U S T I F I C A T I V A



No início de 2014, a direção do IBGE anunciou sua intenção de suspender a divulgação da Pnad Contínua. Com nível de desemprego em patamar superior ao auferido pela Pesquisa Mensal de Emprego - PME, cogitou-se que a suspensão da pesquisa guardasse relação com a proximidade das eleições.

Diante da pressão de diversos representantes da sociedade civil e por conta de verdadeira rebelião que se armou dentro do corpo técnico da instituição, a direção do IBGE reviu o posicionamento e buscou alternativa à mudança no cronograma de divulgação da Pnad Contínua.

Mais recentemente, já no 2º semestre deste ano, o orçamento do órgão, na parte destinada a pesquisas, sofreu um corte de quase 75%, passando dos R\$ 766 milhões inicialmente previstos para pouco mais de R\$ 200 milhões. Para alguns, inclusive servidores do órgão, isso demonstraria a importância que o atual governo dá às atividades do Instituto.

Por último, acompanhamos estarecidos o caso referente aos dados da Pnad 2013. Divulgados no dia 18 de setembro último, os números indicavam, entre outros, aumento do desemprego e da desigualdade de renda no País. No dia seguinte, entretanto, o IBGE veio a público anunciar que houve erro no tratamento dos dados, fazendo com que o número referente à desigualdade passasse a refletir melhora do indicador.

A despeito do apreço e respeito que nutrimos pela instituição, os acontecimentos acima relatados pedem imediata reflexão sobre as atividades do IBGE e a forma como o governo atual se relaciona com o órgão. Teríamos um prejuízo inestimável se permitíssemos que a credibilidade do IBGE fosse corroída ainda mais, como ocorre com órgão semelhante de país vizinho. Não podem restar dúvidas quanto aos números divulgados pelo IBGE, qualquer que seja o governo ou a situação econômica por que passa o País.

Em resposta ao último acontecimento, o governo da Presidente Dilma limitou-se a criar duas comissões, uma de especialistas, prevista em Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e outra de sindicância, constituída em Portaria da Casa Civil da Presidência da República.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Teme-se que, dado o escopo de atuação das referidas comissões, agrave-se ainda mais a questão de ingerência sobre as atividades do IBGE.

Diante do acima exposto, da seriedade do problema e de eventual tentativa de ingerência sobre os trabalhos do IBGE, julgamos fundamental ouvir as pessoas acima elencadas. É essencial que saibamos quais ações estão sendo adotadas no sentido de evitar novos erros e como blindar a instituição da tentativa de manipulação dos governos de plantão.

Sala das Comissões, em de de 2014.

Mendonça Filho
Deputado Federal/PE